

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DAIANE MACIOSZEK

EVIDENCIAÇÃO DOS ARRENDAMENTOS OPERACIONAIS ANTES E APÓS A  
ADOÇÃO DO CPC 06 (R2): UMA ANÁLISE NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DAS ARRENDATÁRIAS

CURITIBA

2020

DAIANE MACIOSZEK

EVIDENCIAÇÃO DOS ARRENDAMENTOS OPERACIONAIS ANTES E APÓS A  
ADOÇÃO DO CPC 06 (R2): UMA ANÁLISE NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DAS ARRENDATÁRIAS

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em MBA em Gestão Contábil e Tributária.

Orientadora: Prof. MSc. Luciana Klein

CURITIBA

2020

## RESUMO

Com a aprovação do IFRS 16 pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), ocorrida no ano de 2016, a norma brasileira relacionada a arrendamentos também foi alterada, sendo adotado, a partir de 1º de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2). Dentre as principais alterações da norma em relação a sua versão anterior, está o de reconhecimento das operações de arrendamento na contabilidade do arrendatário que, independente da modalidade, deve reconhecer o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento. Dessa forma, o presente estudo teve por objetivo analisar o grau da divulgação relacionada a arrendamentos operacionais nas demonstrações financeiras das empresas de capital aberto nos anos de 2018 e 2019, buscando verificar a evidenciação das operações de arrendamento antes e após a norma entrar em vigência. Para isso, foi realizada uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa, sendo utilizadas, como fonte documental, as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019 das empresas brasileiras de capital aberto listadas no segmento Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. Utilizou-se a análise de conteúdo para verificar o grau de evidenciação das informações relacionadas a arrendamentos, por meio da aplicação de dois *checklists*. Os resultados obtidos apontam que, apesar do baixo percentual de empresas que divulgaram as informações integralmente de acordo com os requisitos da norma em vigência, foi verificada uma melhora significativa em relação a divulgação realizada pelas companhias à época em que o CPC 06 (R1) era aplicável. Com isso, concluiu-se que a adoção da norma teve um resultado positivo, melhorando consideravelmente o grau de evidenciação das informações relacionadas a arrendamentos pelas companhias arrendatárias após a adoção do CPC 06 (R2).

**Palavras-chave:** Arrendamentos. CPC 06 (R2). Arrendatárias.

## ABSTRACT

Based on IFRS 16 by the International Accounting Standard Board (IASB), approved in 2016, the Brazilian standard for leases was also changed, adopted since January 1, 2019, CPC 06 (R2). Among main changes in the standard relative to its previous version, there is the recognition of the leasing transactions of the lessees, which, regardless of the modality, must recognize the right-of-use assets and lease liabilities. Thus, the present study aimed to analyze the degree of disclosure related of operating leases in publicly traded companies in the years 2018 and 2019, searching to verify the evidence degree of operating leases before and after the standard comes into force. So, a descriptive research with a qualitative approach was applied, being used as a documentary source, the financial statements for the years ended at December 31, 2019 and 2018 of Brazilian publicly traded companies listed in the Novo Mercado segment of B3 - Brasil, Bolsa , Balcão. A content analysis was used to check the disclosure degree of information related to leases, through the application of two checklists. The finding results indicates that, despite the low percentage of companies that fully disclose information in accordance with the requirements of the standard, there was a significant improvement when compared with the disclosure made by companies at the time when CPC 06 (R1) was applicable. Therefore, the adoption of the standard had a positive result, considerably improving the evidence degree of the information related to the leases by the lessees companies after the adoption of CPC 06 (R2).

**Keywords:** Leases. CPC 06 (R2). Lessees.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - RECONHECIMENTO DAS OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO.....	15
QUADRO 2 - CATEGORIAS DO DELINEAMENTO DE PESQUISA .....	16
QUADRO 3 - <i>CHECKLIST</i> PARA VERIFICAÇÃO DO CPC 06 (R1): ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL.....	18
QUADRO 4 - <i>CHECKLIST</i> PARA VERIFICAÇÃO DO CPC 06 (R2): ARRENDAMENTO E DIREITO DE USO .....	19

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - MENÇÕES AO CPC 06 (R2) NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2018.....	21
TABELA 2 – ESTIMATIVAS DO IMPACTO DO CPC 06 (R2) PARA 2019 NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2018 .....	21
TABELA 3 – ANÁLISE DAS EMPRESAS QUE NÃO DIVULGARAM OS IMPACTOS DO CPC 06 (R2).....	22
TABELA 4 – <i>CHECKLIST</i> DO CPC 06 (R1) POR ITEM.....	22
TABELA 5 – GRAU DE EVIDENCIAÇÃO DOS ARRENDAMENTOS EM 2018 .....	23
TABELA 6 – <i>CHECKLIST</i> DO CPC 06 (R2) POR ITEM.....	24
TABELA 7 – GRAU DE EVIDENCIAÇÃO DOS ARRENDAMENTOS EM 2019 .....	25
TABELA 8 – COMPARAÇÃO DOS GRAUS DE EVIDENCIAÇÃO.....	26

## LISTA DE SIGLAS

B3	Brasil, Bolsa, Balcão
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
IAS	<i>International Accounting Standards</i>
IASB	<i>International Accounting Standard Board</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	8
1.1 OBJETIVOS	9
1.1.1 Objetivo geral	9
1.1.2 Objetivos específicos	10
1.2 JUSTIFICATIVA	10
1.3 DELIMITAÇÃO DO TEMA	11
1.4 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO	12
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b>	13
2.1 ARRENDAMENTOS	13
2.2 ALTERAÇÕES DECORRENTES DO IFRS 16	14
<b>3 METODOLOGIA</b>	16
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	16
3.2 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	17
<b>4 RESULTADOS</b>	21
4.1 EVIDENCIAÇÃO DO ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2018	21
4.2 EVIDENCIAÇÃO DE ARRENDAMENTOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2019	23
4.3 COMPARAÇÃO DO GRAU DE EVIDENCIAÇÃO DE ARRENDAMENTOS NOS ANOS DE 2018 E 2019	26
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	28
<b>REFERÊNCIAS</b>	29



## 1 INTRODUÇÃO

O cenário econômico global tem passado por inúmeras mudanças no decorrer dos anos. A quantidade de informações disponíveis atrelada a facilidade de acesso permite que os indivíduos acompanhem e invistam em diversos mercados e em diferentes países. Essa internacionalização, evidencia cada vez mais a importância das informações econômico-financeiras para a tomada de decisão. Diante desse fato, surge a necessidade de adequação, por parte das empresas, à uma única linguagem que possa ser entendida por seus *stakeholders*. Para Niyama (2009), a elaboração das demonstrações financeiras passou a requerer regras razoavelmente uniformes, que permitissem sua análise e interpretação pelos organismos internacionais e investidores externos interessados na busca de oportunidades.

A responsabilidade de elaboração das normas internacionais de contabilidade, conhecidas como *International Financial Reporting Standards* (IFRS), é do órgão denominado *International Accounting Standards Board* (IASB). Segundo Costa, Teóphilo e Yamamoto (2012), as normas elaboradas pelo IASB são utilizadas por mais de 100 países no mundo.

No Brasil, a busca pela adequação as normas internacionais se deu a partir da publicação da Lei 11.638/07 que alterou a Lei das Sociedades por Ações (6.404/76), passando a exigir que as companhias passassem a considerar as normas internacionais de contabilidade na elaboração de suas demonstrações financeiras. Segundo Antunes et.al (2012), é possível afirmar que as mudanças introduzidas pela referida lei buscam aprimorar as características qualitativas que tornam úteis as informações contábeis, como a compreensibilidade, a relevância, a confiabilidade e a comparabilidade das informações divulgadas, tendo como foco principal a utilidade dessa informação para seu usuário.

A partir da promulgação da Lei 11.638/07, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), órgão instituído em 2005 pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), passa a figurar como responsável por emitir as normas contábeis harmonizadas com o padrão internacional. Dessa forma, cada CPC emitido corresponde a um IFRS, o que torna as demonstrações financeiras de empresas brasileiras padronizadas ao mercado externo.

As normas contábeis internacionais e, conseqüentemente, nacionais, passam por constantes alterações que visam sempre simplificar e melhorar a qualidade das informações financeiras divulgadas. Uma das normas que passou recentemente por um processo de mudanças foi a de arrendamentos, com a aprovação no ano de 2016 do IFRS 16. No Brasil, a norma correspondente a esse tema é o CPC 06, que foi adequado à nova versão internacional e passou a vigorar como “CPC 06 (R2)” em 1º de janeiro de 2019.

Os arrendamentos sempre estiveram presentes nas entidades dos mais diversos setores. Para Albuquerque et. al (2017), as locações são importantes para as empresas pelo fato de serem um meio de obter financiamento e acesso a ativos, mas com uma exposição reduzida aos riscos provenientes de ser o proprietário destes. O pronunciamento técnico CPC 06 (R1) que esteve em vigência até 31 de dezembro de 2018, versava sobre as normas para contabilização e divulgação de arrendamentos mercantis, tanto para os arrendadores quanto arrendatários, bem como as diferenças entre arrendamento mercantil financeiro e operacional, os quais apresentavam formas distintas de contabilização e reconhecimento.

A partir de 1º de janeiro de 2019, com o CPC 06 (R2) em vigor, não há mais a segregação entre os dois tipos de arrendamento para o arrendatário, sendo agora considerada apenas a contabilização financeira da operação, onde os arrendamentos são reconhecidos no balanço, independentemente de sua classificação “tradicional”. Devido a esse fato, a nova forma de contabilização irá impactar significativamente nas demonstrações financeiras, principalmente dos arrendatários.

Segundo estudo realizado pela PwC Brasil (2017), o CPC 06 (R2) afeta quase todos os coeficientes financeiros e métricas de desempenho usualmente utilizados, o que pode gerar impacto nos empréstimos e na classificação de créditos das empresas, além de influenciar na reavaliação de decisões relacionadas a arrendamento ou compra de bens. Dessa forma, se torna relevante compreender como as empresas estão se adequando à essa transição, visto que as mudanças trazidas pela nova norma irão afetar de forma significativa seus resultados, influenciando na tomada de decisão de seus interessados.

Diante desse contexto, o presente estudo visa responder a seguinte questão de pesquisa: Qual o nível de divulgação, por parte das arrendatárias, relacionado aos arrendamentos operacionais, nas demonstrações financeiras das empresas brasileiras de capital aberto, antes e após a norma efetivamente passar a vigorar?

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo geral

O objetivo do presente estudo é analisar o grau da divulgação relacionada a arrendamentos operacionais nas demonstrações financeiras das empresas de capital aberto nos anos de 2018 e 2019.

### 1.1.2 Objetivos específicos

Para que seja possível cumprir com o objetivo da pesquisa, obtendo as informações necessárias para a realização da análise proposta, pretende-se concluir os seguintes objetivos específicos:

- Verificar, nas demonstrações financeiras de 2018 das arrendatárias, o nível de divulgação do CPC 06 (R1) pelas empresas brasileiras de capital aberto listadas no segmento Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão;
- Verificar nas demonstrações financeiras de 2018 das empresas brasileiras de capital aberto listadas no segmento Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão se as companhias divulgaram informações relacionadas ao CPC 06 (R2) que entrou em vigência em 2019;
- Verificar, nas demonstrações financeiras de 2019 das arrendatárias, o nível de divulgação do CPC 06 (R2) pelas empresas brasileiras de capital aberto listadas no segmento Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão;
- Realizar uma comparação entre os níveis de divulgação dos anos de 2018 e 2019, afim de identificar se o CPC 06 (R2) impactou no grau de evidenciação realizada pelas empresas.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

No Brasil, desde a aprovação da primeira versão do CPC 06 – Operações de arrendamento mercantil, em 2008, diversos estudos foram realizados abordando temas relacionados a contabilização, evidenciação, divulgação e impactos das operações de arrendamento nas empresas. Em estudos mais recentes sobre o tema, é possível verificar uma abordagem voltada para a análise dos impactos causados pelas alterações decorrentes do CPC 06 (R2). Oliveira, Bonfim e Fraga (2018), verificaram, através de casos hipotéticos, o impacto da adoção do CPC 06 (R2) nas demonstrações contábeis e índices financeiros das arrendatárias. Soares e Silva (2018), analisaram os impactos das mudanças na contabilização do leasing operacional nos indicadores financeiros de empresas listadas no novo mercado da B3, utilizando como base para pesquisa as demonstrações financeiras do exercício social de 2016. Já Pinheiro et.al (2019), buscaram identificar como a alteração na forma de contabilização, trazida pela nova norma, influencia nos indicadores econômico-financeiros de companhias aéreas brasileiras.

Recentemente, foram publicadas pesquisas voltadas à evidenciação, por parte das empresas, acerca de informações relacionadas ao CPC 06 (R2), as quais apresentam certa similaridade com o presente estudo. Moura (2017), realizou uma análise do grau de evidenciação do arrendamento mercantil pelas empresas de maior liquidez listadas no Ibovespa, tendo como resultado a informação de que as empresas antecipavam alguns dos requisitos propostos pelo IFRS 16 mas que ainda não haviam se adequado a norma vigente. Silva, Oliveira e Santos (2019), verificaram a evidenciação do arrendamento mercantil operacional pelo CPC 06 (R2) em empresas brasileiras de capital aberto na B3 (utilizando como base para o estudo as demonstrações financeiras de 2017 e do 1º e 2º trimestres de 2018). Os autores concluíram que a maioria das empresas analisadas já citavam a nova norma e informavam, em notas explicativas, estarem avaliando os impactos para as demonstrações financeiras de 2019. É importante ressaltar que ambos os estudos foram realizados após a aprovação da norma (que ocorreu em 2017), porém, antes da mesma entrar em vigência (1º de janeiro de 2019).

O presente estudo difere-se das pesquisas já realizadas pelo fato do pronunciamento CPC 06 (R2) ter entrado em vigência no último exercício social (findo em 31 de dezembro de 2019), tornando possível analisar a evidenciação, por parte das empresas, em suas primeiras demonstrações contábeis emitidas após adoção da norma. Essa pesquisa justifica-se ainda pela necessidade de verificar a postura das entidades arrendatárias em divulgar a seus *stakeholders* quais medidas foram tomadas para se adequarem ao novo cenário, impactos previstos e, após a nova norma entrar em vigência, se ocorreu uma melhora no grau de evidenciação das informações. Sendo assim, os resultados obtidos podem ser interessantes para o mercado, além de apresentarem relevância para o próprio meio acadêmico.

### 1.3 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Essa pesquisa tem como principal enfoque realizar uma análise do nível de evidenciação das operações de arrendamentos operacionais, por parte das arrendatárias, considerando a adoção do CPC 06 (R2) pelas empresas de capital aberto listadas no segmento Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo utilizado como objeto de estudo as demonstrações financeiras (sobretudo as notas explicativas) divulgadas pelas próprias companhias referentes aos exercícios de 2018 e 2019.

A delimitação do estudo para estes dois exercícios se deu pela possibilidade de permitir a comparação entre o conteúdo divulgado antes da norma entrar em vigor e o conteúdo divulgado no primeiro exercício em que ela passou a vigorar.

## 1.4 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo está organizado em cinco capítulos. No capítulo introdutório é realizada uma breve exposição do contexto, tema, e motivos para a realização da pesquisa, bem como o que se objetiva com ela, sua justificativa e delimitação.

No segundo capítulo estão expostos o referencial teórico e a revisão de literatura que lançam o enfoque sobre o tema abordado, apresentando a contextualização acerca das operações de arrendamento e as alterações trazidas pelo CPC 06 (R2).

A metodologia utilizada para esse estudo está apresentada no terceiro capítulo, onde são expostos os métodos e critérios utilizados para a coleta e análise dos dados.

O quarto capítulo apresenta a análise realizada e os resultados obtidos com o estudo, sendo complementado pelo quinto e último capítulo onde foram realizadas as considerações finais da pesquisa, apresentando suas limitações e trazendo as possibilidades para estudos futuros sobre o tema.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 ARRENDAMENTOS

As operações de arrendamento, conhecidas popularmente como *leasing* (palavra da língua inglesa utilizada para designar as atividades de locação), estão presentes na sociedade há vários anos. Segundo Martinez (1995), a evolução do *leasing* em cada país dependeu de disposições legais específicas. De acordo com o autor, o surgimento dessas operações no Brasil se deu a partir de 1967, quando as primeiras companhias se estabeleceram nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, porém, o ordenamento específico para essas operações se deu apenas com a Lei Nº 6.099/1974.

De acordo com a referida Lei (posteriormente alterada pela Lei Nº 7.132/1983), pode-se entender as operações de arrendamento da seguinte forma:

“Considera-se arrendamento mercantil, para os efeitos desta Lei, o negócio jurídico realizado entre pessoa jurídica, na qualidade de arrendadora, e pessoa física ou jurídica, na qualidade de arrendatária, e que tenha por objeto o arrendamento de bens adquiridos pela arrendadora, segundo especificações da arrendatária e para uso próprio desta.” (BRASIL, 1974).

Em 2010, foi aprovado o CPC 06 (R1) – Operações de Arrendamento Mercantil, correlacionado a norma internacional IAS 17, emitida pelo IASB. A partir desse evento, o CPC 06 passou a estabelecer as políticas contábeis e divulgações apropriadas a serem aplicadas nas operações de arrendamento mercantil no país.

O arrendamento mercantil é um acordo pelo qual o arrendador transmite ao arrendatário em troca de um pagamento ou série de pagamentos o direito de usar um ativo por um período acordado (CPC 06 (R1), 2010, p.2). De acordo com a norma, no momento inicial da operação deve ser realizada a classificação do arrendamento mercantil e essa, por sua vez, não depende da forma do contrato firmado entre arrendador e arrendatário, mas sim da essência da transação. Logo, se o arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes a propriedade arrendada, este deve ser classificado como arrendamento mercantil financeiro, caso contrário, como arrendamento mercantil operacional.

De acordo com Borelli e Coelho (2006 apud Coelho, Cruz e Holanda, 2015), apesar da transferência do ativo ao final do contrato não ser uma característica que define a modalidade de arrendamento, no arrendamento mercantil financeiro existe uma grande probabilidade de que isso ocorra. Para Martins, Vasconcelos e Souza (2008), essa modalidade de arrendamento

é similar a um financiamento, visto que a arrendadora transfere à arrendatária os riscos e benefícios inerentes ao bem arrendado por meio de um contrato que prevê a possível transferência do ativo ao final da operação.

Já na modalidade de arrendamento mercantil operacional, a empresa arrendadora transfere à arrendatária apenas o direito de uso do bem arrendado, por determinado período de tempo. No final desse período, a arrendatária devolve o bem à arrendadora (MARTINS, VASCONCELOS E SOUZA, 2008, p. 4).

## 2.2 ALTERAÇÕES DECORRENTES DO IFRS 16

O IFRS 16, aprovado no ano de 2016 pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), passou a substituir a IAS 17, base para a norma CPC 06 até então. O CPC 06 (R1), vigente até 31 de dezembro de 2018, apresentava formas distintas para o reconhecimento contábil das duas modalidades de arrendamento. Quando a operação se tratava de um arrendamento mercantil financeiro, inicialmente, os arrendatários deveriam reconhecer em contas específicas o ativo e o passivo dessa operação (pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos do arrendamento) no seu balanço patrimonial. Quaisquer custos diretos iniciais do arrendatário também deveriam ser adicionados à quantia reconhecida como ativo. Ainda de acordo com a norma, os pagamentos do arrendamento deveriam ser segregados entre encargos financeiros (a serem apropriados a cada período durante o prazo total do arrendamento) e a redução do passivo em aberto. Além disso, a operação originava uma despesa com depreciação a ser reconhecida na demonstração do resultado do exercício e uma despesa financeira para cada período contábil.

Os arrendamentos mercantis operacionais por sua vez, na norma vigente até 2018, originavam para o arrendatário apenas a despesa decorrente do pagamento de suas prestações. A empresa arrendatária apenas faz a contabilização dos pagamentos das parcelas contratadas, debitando despesa em contra partida com uma conta de bancos ou caixa, por exemplo, como se faz com um aluguel (MARTINS, VASCONCELOS E SOUZA, 2008, p. 5).

O reconhecimento dessas operações no arrendador, consequentemente, também era realizada de duas formas distintas. De acordo com o CPC 06 (R1) (2010), os arrendadores deveriam reconhecer os ativos mantidos por arrendamento mercantil financeiro nos seus balanços e apresentá-los como conta a receber por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil, sendo que os valores a serem recebidos deveriam ser tratados como amortização de capital e receita financeira. Já na modalidade de arrendamento mercantil

operacional, por não estar presente a característica de transferência de riscos e benefícios do bem, os arrendadores deveriam apresentar o ativo em seu balanço patrimonial e reconhecer a receita auferida com a operação em seu resultado.

As alterações apresentadas pelo CPC 06 (R2), vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, são provenientes do IFRS 16 e impactam principalmente a forma de reconhecimento das operações de arrendamento na contabilidade do arrendatário que, independente da modalidade de arrendamento, deve reconhecer no momento inicial da operação o ativo de direito de uso pelo custo do bem arrendado, o passivo incorrido (pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados, que devem ser descontados pela taxa de juros do contrato ou pela taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário), e ainda as respectivas despesas financeiras e depreciação do bem arrendado.

Além das alterações na forma de reconhecimento pelo arrendatário, o CPC 06 (R2) traz ainda a isenção de reconhecimento para arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses) e para as operações que o ativo subjacente seja de baixo valor.

As formas de reconhecimento contábil das operações de arrendamento para o CPC 06 (R1), correlacionado a IAS 17, e a forma de reconhecimento adotada pelo CPC 06 (R2), de acordo com o IFRS 16, podem ser observadas no QUADRO 1.

QUADRO 1 - RECONHECIMENTO DAS OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

<b>Apresentação</b>	<b>IAS 17 – CPC 06 e CPC 06 (R1)</b>		<b>IFRS 16 – CPC 06 (R2)</b>
	<b>Contabilização de arrendamento operacional</b>	<b>Contabilização de arrendamento financeiro</b>	<b>Contabilização de arrendamento mercantil</b>
Ativo	Nenhum ativo reconhecido	Ativo Imobilizado	Direito de uso do ativo
Passivo	Nenhum passivo reconhecido	Passivo de arrendamento	Passivo de arrendamento
Demonstração do Resultado	Despesa de arrendamento operacional	Depreciação e despesa financeira	Depreciação e despesa financeira

FONTE: Adaptado de PwC (2017).



### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

As pesquisas científicas são categorizadas de diferentes formas quanto a sua tipologia, apresentando variações que dependem da área de estudo ou abordagem definida pelo autor, por exemplo. Ao considerar as particularidades da contabilidade, Beuren (2014), enfoca as tipologias de delineamentos de pesquisas agrupadas em três categorias principais, a partir das quais foi elaborado o QUADRO 2.

QUADRO 2 - CATEGORIAS DO DELINEAMENTO DE PESQUISA

PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS	PESQUISA QUANTO AOS PROCEDIMENTOS	PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exploratória</li> <li>• Descritiva</li> <li>• Explicativa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudo de caso</li> <li>• Levantamento</li> <li>• Pesquisa bibliográfica</li> <li>• Pesquisa documental</li> <li>• Pesquisa participante</li> <li>• Pesquisa experimental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualitativa</li> <li>• Quantitativa</li> </ul>

FONTE: O autor (2020).

Considerando as categorias definidas por Beuren, o presente estudo classifica-se como descritivo de acordo com seus objetivos, bibliográfico e documental quanto aos procedimentos e qualitativo quanto à abordagem do problema.

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2002, p. 42).

Considerando que para a elaboração da presente pesquisa foram analisados materiais publicados por outros autores, sobretudo para a construção do referencial teórico sobre o tema, bem como os relatórios divulgados pelas próprias empresas em análise, o estudo pode ser classificado como bibliográfico e documental. Para Gil (2002), a diferença entre esses dois tipos de pesquisa está na natureza de suas fontes, visto que na pesquisa bibliográfica são utilizadas contribuições vários autores sobre o tema, e a documental, por sua vez, baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico. Nesse estudo foram utilizadas, como fonte documental, as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e

2019 das empresas brasileiras de capital aberto listadas no segmento Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

Por fim, no que se refere ao problema de pesquisa, o estudo é classificado como qualitativo. Segundo Richardson (1999 apud BEUREN, 2014), a abordagem qualitativa não emprega um instrumento estatístico como base no processo de análise do problema. Logo, esse tipo de pesquisa visa realizar e descrever análises mais profundas, não relacionada a fatores quantificáveis. Para Beuren (2014, p. 92), “essa tipologia de pesquisa é primordial no aprofundamento de questões relacionadas ao desenvolvimento da Contabilidade, seja no âmbito teórico ou prático”.

### 3.2 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A população inicial do presente estudo foi composta pelas empresas listadas no segmento Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, conforme listagem divulgada no site oficial da referida bolsa de valores do país. Foram desconsideradas, para fins do estudo proposto, as empresas do setor financeiro devido às suas particularidades. Além disso, foram coletados os dados apenas de empresas que estavam listadas no segmento Novo Mercado nos exercícios de 2018 e 2019, sendo desconsideradas as companhias que tiveram seu segmento de listagem alterado entre os dois anos e as que abriram capital ou foram constituídas apenas 2019, assim como as empresas que, por alguma particularidade, ainda não haviam emitido suas demonstrações financeiras de 2019 até o momento da coleta dos dados para a pesquisa. Esses critérios foram estabelecidos para que fosse viável a comparabilidade dos dados de divulgação entre os dois exercícios em análise. Com isso, a população inicial foi composta por 114 empresas de capital aberto, listadas no Novo Mercado, nos anos de 2018 e 2019.

A coleta dos dados se deu pela busca e análise do conjunto de demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019 divulgadas nos sites das próprias empresas que compuseram a população do estudo.

Na análise das demonstrações financeiras do exercício de 2018, buscou-se averiguar se as empresas realizaram alguma forma de menção a norma “CPC 06 (R2) - Arrendamentos” que passaria a vigorar no ano seguinte, com o objetivo de identificar se as empresas evidenciaram aos usuários de suas informações contábeis que estavam cientes da alteração e dos ajustes que seriam necessários caso as mesmas apresentassem esse tipo de operação. Para tal, foi realizada a leitura e entendimento das demonstrações contábeis divulgadas, buscando-se menções relacionadas a “arrendamentos” e “*leasing*”, sobretudo nas notas explicativas que,

usualmente, trazem de forma detalhada os aspectos principais dessas operações. Logo, nesse primeiro momento, foi averiguado se as empresas citaram o CPC 06 (R2) e se já haviam estimado o impacto a ser divulgado no exercício seguinte.

Em seguida, foram segregadas da população inicial as empresas que se encaixavam em dois critérios: (i) empresas cujo os exercícios sociais são findos em 31 de dezembro (visto que o presente estudo visa verificar a evidenciação do CPC 06 (R2), cuja aplicabilidade se dá para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2019); (ii) empresas que possuem arrendamentos mercantis operacionais nos dois anos em análise (considerando que a contabilização e divulgação dos arrendamentos desse tipo foram as que sofreram maiores alterações com a norma). Sendo assim, a amostra utilizada na análise foi composta por 104 empresas que possuem algum tipo de arrendamento operacional em exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2019.

Para a análise do grau de evidenciação das informações relacionadas a arrendamentos operacionais no exercício de 2018, foi elaborado um *checklist* de divulgação com base no item 35 do CPC 06 (R1), o qual dispõe os critérios para as divulgações a serem realizadas pelos arrendatários. O *checklist* está apresentado no QUADRO 3.

QUADRO 3 - *CHECKLIST* PARA VERIFICAÇÃO DO CPC 06 (R1): ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Divulga o total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis para cada um dos seguintes períodos: (i) até um ano; (ii) mais de um ano e até cinco anos; (iii) mais de cinco anos.
2	Divulga o total dos pagamentos mínimos futuros de subarrendamento mercantil que se espera que sejam recebidos nos subarrendamentos mercantis não canceláveis ao final do período;
3	Divulga os pagamentos de arrendamento mercantil e de subarrendamento mercantil reconhecidos como despesa do período, com valores separados para pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, pagamentos contingentes e pagamentos de subarrendamento mercantil
4	Realiza uma descrição geral dos acordos de arrendamento mercantil significativos do arrendatário, incluindo, mas não se limitando a, o seguinte: (i) base pela qual é determinado o pagamento contingente; (ii) existência e termos de renovação ou de opções de compra e cláusulas de reajustamento; e (iii) restrições impostas por acordos de arrendamento mercantil, tais como as relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio, dívida adicional e posterior arrendamento mercantil.

FONTE: O autor (2020).

A aplicação do *checklist* foi realizada buscando as informações dos quatro itens nas notas explicativas das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2018. Para

cada uma das empresas foi verificado se a divulgação dos arrendamentos mercantis (i) atendeu, (ii) não atendeu, ou (iii) não era aplicável, para cada um dos itens do *checklist*.

Já para a análise das demonstrações financeiras de 2019, foi realizada a aplicação de um *checklist* elaborado com base no CPC 06 (R2), adaptado de Moura (2017). O *checklist* está sendo apresentado no QUADRO 4.

QUADRO 4 - *CHECKLIST* PARA VERIFICAÇÃO DO CPC 06 (R2): ARRENDAMENTO E DIREITO DE USO

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Divulga informações sobre seus arrendamentos nos quais é arrendatário em uma única nota explicativa ou em sessão separada em suas demonstrações contábeis.
2	Divulga os encargos de depreciação para ativos de direito de uso por classe de ativo subjacente.
3	Divulga as despesas de juros sobre passivos de arrendamento.
4	Divulga a despesa referente a arrendamentos de curto prazo contabilizada aplicando uma base linear ao longo do prazo de arrendamento ou em outra base sistemática.
5	Divulga a despesa referente a arrendamentos de ativos de baixo valor contabilizada aplicando uma base linear ao longo do prazo de arrendamento ou em outra base sistemática.
6	Divulga a despesa referente a pagamentos variáveis de arrendamento não incluída na mensuração de passivos de arrendamento.
7	Divulga a receita decorrente de subarrendamento de ativos de direito de uso.
8	Divulga as saídas totais para arrendamentos.
9	Divulga as adições de ativos de direito de uso.
10	Divulga os ganhos ou perdas resultantes de transações de venda e retroarrendamento ( <i>leaseback</i> ).
11	Divulga o valor contábil de ativos de direito de uso ao final do período de relatório por classe de ativo subjacente.
12	Divulga as informações anteriores (1 a 11) em forma de tabela.

FONTE: Adaptado de MOURA (2017, p.13).

A aplicação do *checklist* nas demonstrações financeiras de 2019 foi realizada da mesma forma, sendo verificado se a divulgação referente aos arrendamentos (i) atendeu, (ii) não atendeu, ou (iii) não era aplicável, para cada um dos itens.

Para a operacionalização e checagem da presença das informações nas demonstrações financeiras foi utilizada a análise de conteúdo. Segundo Bardin (1977), essa forma de análise pode ser definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obtém indicadores, quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Para realizar a análise dos resultados obtidos com os *checklists* aplicados, foi utilizada a mesma abordagem adotada por Moura (2017), que consiste em calcular o percentual de itens evidenciados adequadamente pelas companhias e a evidenciação individual de cada uma delas.

Todavia, no presente estudo foi considerado a aplicabilidade dos itens do *checklist*, logo, quando algum dos itens não era aplicável para uma empresa em específico, esse item foi também desconsiderado do cálculo do percentual de evidenciação adequada.

## 4 RESULTADOS

### 4.1 EVIDENCIAÇÃO DO ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2018

Após serem definidos os critérios para a coleta e análise dos dados, foram iniciadas as averiguações propostas para o presente estudo. Na primeira análise, realizada nas demonstrações financeiras de 2018 das empresas arrendatárias, foi verificado se estas haviam mencionado o CPC 06 (R2) que deveria ser aplicado no exercício seguinte. Os resultados obtidos estão sendo apresentados na TABELA 1.

TABELA 1 - MENÇÕES AO CPC 06 (R2) NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2018

<b>Mencionou o CPC 06 (R2)?</b>	<b>Quantidade de empresas</b>	<b>Representatividade</b>
Sim	113	99,12%
Não	01	0,88%
<b>Total</b>	<b>114</b>	<b>100%</b>

FONTE: O autor (2020).

Das 114 empresas analisadas, apenas uma delas não citou nenhum aspecto relacionado ao CPC 06 (R2) ou ao IFRS 16. Em contrapartida, 99,12% das empresas já mencionavam a norma a ser adotada no exercício seguinte. Esse resultado demonstra uma melhora significativa quando comparado ao estudo realizado por Silva, Oliveira e Santos (2019), onde 63,80% das empresas analisadas haviam citado as mudanças previstas decorrentes da futura adoção do CPC 06 (R2). Ressalta-se que, em ambas pesquisas, foram consideradas todas as empresas que compuseram a população inicial do estudo, logo, as companhias analisadas não possuem, necessariamente, algum tipo de arrendamento mercantil em suas operações.

Adicionalmente, também foi averiguado se as empresas que citaram estar cientes do CPC 06 (R2), já haviam estimado, em 2018, os impactos a serem registrados no próximo exercício, conforme apresentado na TABELA 2.

TABELA 2 – ESTIMATIVAS DO IMPACTO DO CPC 06 (R2) PARA 2019 NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2018

<b>Estimou o impacto do CPC 06 (R2)?</b>	<b>Quantidade de empresas</b>	<b>Representatividade</b>
Sim	83	72,81%
Não	31	27,19%
<b>Total</b>	<b>114</b>	<b>100%</b>

FONTE: O autor (2020).

Dentre as empresas analisadas, mais de 70% divulgaram alguma estimativa do impacto da norma CPC 06 (R2) a ser apresentado em suas demonstrações financeiras do ano seguinte. Os impactos estimados foram mencionados em formato de valor ou na representatividade esperada em relação ao ativo e passivo da companhia. Das 31 empresas que não estimaram o impacto, foi verificado que 16 delas (51,61%) comentaram que não são previstos quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção da norma, 12 empresas (38,71%) ainda não haviam finalizado as estimativas devido à complexidade da adoção da norma, duas empresas (6,45%) não comentaram sobre estimativas e não forneceram nenhum dado adicional, e uma empresa (3,23%) não havia realizado nenhuma menção relacionada a norma na primeira análise. Esses resultados estão apresentados na TABELA 3.

TABELA 3 – ANÁLISE DAS EMPRESAS QUE NÃO DIVULGARAM OS IMPACTOS DO CPC 06 (R2)

<b>Impacto não divulgado</b>	<b>Quantidade de empresas</b>	<b>Representatividade</b>
Não foram previstos impactos significativos	16	51,61%
Ainda não estimado	12	38,71%
Não comentou valor	02	6,45%
Não citou nenhum aspecto da norma	01	3,23%
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>100%</b>

FONTE: O autor (2020).

Em seguida, foram selecionadas as empresas que possuíam registros de arrendamentos mercantis operacionais em 2018 e aplicado o *checklist* apresentado no quadro 3. A TABELA 4 apresenta os itens do *checklist* que foram atendidos, não atendidos e que não eram aplicáveis às empresas.

TABELA 4 – *CHECKLIST* DO CPC 06 (R1) POR ITEM

<b>Item</b>	<b>Atenderam</b>		<b>Não atenderam</b>		<b>Não aplicável</b>	
	<i>Quant. de empresas</i>	<i>%</i>	<i>Quant. de empresas</i>	<i>%</i>	<i>Quant. de empresas</i>	<i>%</i>
<b>1</b>	42	40%	62	60%	0	0%
<b>2</b>	02	100%	0	0%	102	98%
<b>3</b>	37	36%	67	64%	0	0%
<b>4</b>	45	43%	59	57%	0	0%

FONTE: O autor (2020).

Conforme apresentado na tabela 3, o item 2 do *checklist* não foi aplicável para 98% das empresas listadas, visto que este se refere à divulgação de subarrendamentos, atividade

realizada por apenas duas empresas da amostra, as quais o divulgaram corretamente. Os demais itens foram atendidos por menos de 50% das empresas, o que sugere um baixo grau de evidenciação por parte das mesmas. A TABELA 5 apresenta os graus de evidenciação calculados para as empresas a partir da análise da quantidade de itens aplicáveis atendidos.

TABELA 5 – GRAU DE EVIDENCIAÇÃO DOS ARRENDAMENTOS EM 2018

<b>Grau de evidenciação</b>	<b>Quantidade de empresas</b>	<b>Representatividade</b>
0%	55	52,88%
33%	04	3,85%
67%	14	13,46%
75%	01	0,96%
100%	30	28,85%
<b>Total</b>	<b>104</b>	<b>100%</b>

FONTE: O autor (2020).

Os resultados apresentados na Tabela 4 demonstram que apenas 28,85% da amostra analisada evidenciam a totalidade de informações sobre seus arrendamentos operacionais no formato requerido pelo CPC 06 (R1), aplicável no exercício de 2018. Mais da metade das empresas analisadas (52,88%) não apresentaram, mesmo sendo arrendatárias na modalidade de arrendamento mercantil operacional, nenhuma informação conforme o requerido pela norma vigente até então.

De acordo com os resultados obtidos é possível afirmar que, por mais que essas empresas divulguem as despesas incorridas com arrendamentos operacionais em seu resultado, elas não apresentam os itens requeridos pela norma de forma distinta nos padrões requeridos e/ou não fazem o uso de uma nomenclatura similar a utilizada na norma, fato que pode prejudicar o entendimento da operação por parte do usuário da informação contábil.

#### 4.2 EVIDENCIAÇÃO DE ARRENDAMENTOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2019

Para a análise do grau de evidenciação dos arrendamentos nas demonstrações financeiras de 2019, foi aplicado o *Checklist* baseado no CPC 06 (R2). A TABELA 6 apresenta os itens do *checklist* que foram atendidos, não atendidos e que não eram aplicáveis às empresas.



TABELA 6 – *CHECKLIST* DO CPC 06 (R2) POR ITEM

Item	Atenderam		Não atenderam		Não aplicável	
	Quant. de empresas	%	Quant. de empresas	%	Quant. de empresas	%
1	77	78,57%	21	21,43%	06	5,77%
2	72	73,47%	26	26,53%	06	5,77%
3	74	75,51%	24	24,49%	06	5,77%
4	32	31,68%	69	68,32%	03	2,88%
5	28	27,72%	73	72,28%	03	2,88%
6	25	25,51%	73	74,49%	06	5,77%
7	05	83,33%	01	16,67%	98	94,23%
8	77	78,57%	21	21,43%	06	5,77%
9	85	86,73%	13	13,27%	06	5,77%
10	03	100,00%	0	0,00%	101	97,12%
11	76	77,55%	22	22,45%	06	5,77%
12	95	96,94%	03	3,06%	06	5,77%

FONTE: O autor (2020).

Durante a aplicação do *checklist* foi verificado que, o item 7 (divulga a receita decorrente de subarrendamento de ativos de direito de uso), seguindo o padrão da análise do primeiro *checklist*, não foi aplicável para a maioria das empresas, visto que apenas seis das companhias analisadas realizaram o subarrendamento de seus ativos. Da mesma forma, o item 10 (divulga os ganhos ou perdas resultantes de transações de venda e retroarrendamento (leaseback)) também não foi aplicável à grande parte da amostra, sendo uma atividade realizada por apenas três das empresas analisadas, as quais apresentaram o item adequadamente.

Dentre as empresas analisadas conforme o *checklist* de divulgação do CPC 06 (R2), seis delas informaram em suas notas explicativas que analisaram a aplicabilidade da norma em suas operações mas que a mesma não inferiu em impactos significativos, logo, essas companhias adotaram os critérios de isenção propostos pela norma, visto que “o arrendatário pode decidir não aplicar os requisitos dos itens 22 a 49 a: (a) arrendamentos de curto prazo; e (b) arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (conforme descrito nos itens B3 a B8)” (CPC 06 (R2), 2017, p.2). Sendo assim, para essas empresas, foi considerado aplicável apenas os quesitos 4 e 5 do *checklist* que tratam da divulgação de arrendamentos de curto prazo e baixo valor, respectivamente.

De forma geral, as empresas analisadas atenderam a maioria dos itens adequadamente. Dos 12 itens de divulgação que compõem o *checklist*, nove deles foram atendidos por mais de 70% das empresas aos quais eles foram aplicáveis. Os três itens que menos foram atendidos são os itens 4, 5 e 6, que tratam da divulgação de arrendamentos de curto prazo (atendido por menos

de 32% das entidades), baixo valor (atendido por 27,72%) e despesas variáveis não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento (atendido por apenas 25,52%).

Durante a análise, foi averiguado que muitas das empresas informaram estar adotando os critérios de isenção do reconhecimento para arrendamentos de curto prazo e baixo valor, porém, o quesito foi considerado como atendido apenas quando as empresas informavam o valor do item isento de reconhecimento que foi lançado diretamente como despesa. Logo, por mais que as companhias tenham realizado o procedimento de forma correta, se elas não divulgaram os valores conforme a norma, o item não foi considerado como atendido.

Também é importante ressaltar que, várias empresas, mesmo não tendo incorrido em despesas variáveis, por exemplo, informaram esse fato junto as demais informações relacionadas aos arrendamentos. Portanto, uma companhia pode não ter divulgado o valor dessas despesas pelo fato destas não terem incorrido, porém, na aplicação do *checklist* foi considerado que a entidade deveria ter divulgado esse fato, já que o usuário da informação contábil não tem acesso aos meios necessários para saber se ocorreram mais despesas que foram diretamente para o resultado.

No entanto, o grau de divulgação dos itens, de forma geral, foi elevado. Na TABELA 7 podem ser observados os graus de evidenciação por empresa, calculados a partir da quantidade de itens aplicáveis que foram atendidos por cada uma delas. Uma vez que a quantidade de itens atendidos por empresa apresentaram uma alta variação, os graus de divulgação foram segregados em faixas percentuais para uma melhor apresentação dos resultados.

TABELA 7 – GRAU DE EVIDENCIAÇÃO DOS ARRENDAMENTOS EM 2019

Grau de evidenciação	Quantidade de empresas	Representatividade
0%	09	08,65%
De 20% a 49%	19	18,27%
De 50% a 74%	39	37,50%
De 75% a 99%	24	23,08%
100%	13	12,50%
<b>Total</b>	<b>104</b>	<b>100%</b>

FONTE: O autor (2020).

Os resultados apresentados na Tabela 7 demonstram que, das 104 empresas que compõem a amostra, 76 ficaram nas faixas de grau de evidenciação acima de 50%, o que demonstra que 73% das empresas, atenderam ao menos metade dos itens do *checklist* que foram aplicáveis a elas. A maior concentração de empresas (37,50%) foi observada na faixa de 50% a 74% do grau de evidenciação, o que pode ser considerado satisfatório, uma vez que, as

demonstrações financeiras do exercício findo em 2019 foram as primeiras a serem elaboradas de acordo com as alterações implementadas pelo CPC 06 (R2).

Das entidades avaliadas, menos de 9% apresentaram de forma inadequada todos os itens do *checklist*. Porém, conforme citado anteriormente, três das nove empresas, não estavam sujeitas à aplicação de todos os itens por apresentarem compatibilidade com os critérios de isenção para arrendamentos de curto prazo e baixo valor.

Os resultados obtidos por Moura (2017) em sua análise do grau de evidenciação do arrendamento mercantil pelas empresas listadas no Ibovespa, mostraram que algumas das empresas antecederam-se e já apresentavam alguns itens de arrendamentos no formato requerido pelo CPC 06 (R2). “Das 17 companhias, quatro delas já evidenciam mais de 50% do proposto pela nova norma, de forma antecipada” (MOURA, 2017, p.17). Sendo assim, era esperado que, após a norma de fato entrar em vigência, aumentasse o percentual de empresas que apresenta uma maior evidenciação dos itens, fato que se concretizou com o presente estudo.

O alto grau de divulgação atingido por essa análise corrobora ainda com o resultado obtido na primeira análise realizada nas demonstrações financeiras de 2018, onde aproximadamente 73% das empresas já haviam estimado, em 2018, os impactos que a adoção do CPC 06 (R2) iria causar em suas demonstrações. Logo, essas companhias já estavam cientes do novo formato de divulgação a ser adotado para apresentar adequadamente suas informações relacionadas a arrendamentos.

#### 4.3 COMPARAÇÃO DO GRAU DE EVIDENCIAÇÃO DE ARRENDAMENTOS NOS ANOS DE 2018 E 2019

Considerando que a forma de reconhecimento e, consequentemente, de divulgação dos arrendamentos foi alterada significativamente pelo CPC 06 (R2), foi realizada uma comparação entre o grau de evidenciação das companhias em relação a seus arrendamentos operacionais no ano de 2018, quando a norma em vigor ainda era o CPC 06 (R1), e o grau de evidenciação após a segunda revisão da norma entrar em vigência. Os dados estão sendo apresentados na TABELA 8.

TABELA 8 – COMPARAÇÃO DOS GRAUS DE EVIDENCIAÇÃO

(continua)

Grau de evidenciação	2018		2019	
	<i>Quant. de empresas</i>	<i>%</i>	<i>Quant. de empresas</i>	<i>%</i>
0%	55	52,88%	09	08,65%

TABELA 9 – COMPARAÇÃO DOS GRAUS DE EVIDENCIAÇÃO

Grau de evidenciação	2018		2019	
	<i>Quant. de empresas</i>	<i>%</i>	<i>Quant. de empresas</i>	<i>%</i>
De 20% a 49%	04	3,85%	19	18,27%
De 50% a 74%	14	13,46%	39	37,50%
De 75% a 99%	01	0,96%	24	23,08%
100%	30	28,85%	13	12,50%
<b>Total</b>	<b>104</b>	<b>100%</b>	<b>104</b>	<b>100%</b>

FONTE: O autor (2020).

Comparando os resultados obtidos com a aplicação dos dois *checklists*, a informação mais discrepante entre os anos analisados, é o altíssimo índice de empresas que não apresentaram nenhuma informação sobre seus arrendamentos mercantis de acordo com a norma vigente em 2018. Em 2019, esse percentual diminuiu consideravelmente, o que, a princípio, demonstra uma maior adequação das empresas no cumprimento das novas especificações.

Em relação as empresas que apresentaram adequadamente todas as informações requeridas, foi verificado um percentual de adequação maior em 2018, onde 28,85% das empresas evidenciaram 100% dos quesitos requeridos, enquanto em 2019, esse índice foi de apenas 12,50%. Esse fato pode estar relacionado com a recente adoção do CPC 06 (R2), visto que essas são as primeiras demonstrações financeiras a serem elaboradas com a norma em vigor. Logo, presume-se que as empresas ainda estão se adequando ao novo formato de divulgação, e que o índice de empresas a apresentarem suas informações integralmente adequadas à norma aumente no decorrer dos anos.

Além disso, em 2019 pode ser observado um percentual maior de empresas em graus mais elevados de evidenciação quando comparado a 2018. Em 2019, 73% das empresas apresentaram um grau de evidenciação superior a 50%, comparativamente, em 2018 esse índice foi de apenas 43%. Isso demonstra que, apesar de haver um percentual maior de empresas divulgando informações integralmente adequadas em 2018, em 2019, no geral, a evidenciação melhorou por parte da maioria das companhias.

Sendo assim, é possível afirmar que a adoção do CPC 06 (R2) teve um resultado positivo, melhorando consideravelmente o grau de evidenciação das informações relacionadas a arrendamentos pelas companhias arrendatárias.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de melhorar a qualidade das informações a serem divulgadas aos *stakeholders*, as normas que regem a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras estão frequentemente sendo aprimoradas. É extremamente importante que as empresas se adequem o mais breve possível aos novos formatos, visto que algumas mudanças impactam diretamente em seus resultados e, conseqüentemente, podem influenciar consideravelmente a forma como investidores, credores e demais interessados utilizam a informação contábil para a tomada de decisão.

Considerando a recente adoção da norma CPC 06 (R2) pelas empresas brasileiras e as alterações relevantes trazidas por ela, esse estudo buscou responder qual o nível de divulgação, por parte das arrendatárias, relacionado aos arrendamentos operacionais, nas demonstrações financeiras das empresas brasileiras de capital aberto, antes e após a norma efetivamente passar a vigorar. Para isso, foram analisados as demonstrações financeiras de 2018 e 2019 de 104 empresas listadas no segmento Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão que possuem operações de arrendamentos operacionais nos dois exercícios.

Os resultados obtidos com esse estudo apontam uma melhora significativa no grau de evidenciação das informações divulgadas após a segunda revisão do CPC 06 ter entrado em vigência. Em 2018, apesar de haver menos quesitos obrigatórios a serem divulgados de acordo com o CPC 06 (R1), foi verificado que a maioria das empresas analisadas não divulgavam adequadamente as informações acerca dos arrendamentos operacionais que possuíam, no entanto, já apontavam estar cientes da alteração da norma e no novo formato de reconhecimento das operações a ser adotado, o que demonstrava atenção e responsabilidade em relação as ações a serem tomadas para o próximo exercício.

Embora tenha ocorrido uma melhora no nível de divulgação dos arrendamentos em 2019 comparado ao ano anterior, o percentual de empresas analisadas que cumpriram integralmente os requisitos verificados ainda é baixo. É provável que esse fator melhore nos próximos anos, considerando que este foi o primeiro exercício em que foi adotado o CPC 06 (R2). Como possibilidade para estudos futuros, sugere-se que sejam analisadas as demonstrações financeiras dos próximos exercícios, para que seja possível acompanhar a evolução da evidenciação do conteúdo relacionado as operações de arrendamento, além disso, para ampliar a amostra de pesquisa, também podem ser analisadas as empresas dos demais segmentos de listagem da bolsa de valores do país.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. H. F de; et. al. Contabilidade das operações de leasing: análise de possíveis ocorrências de lobbying no processo de emissão da IFRS 16. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 11, n. 4, art. 6, p.467-484, out./dez. 2017.

ANTUNES, M. T. P, et. al. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. **Revista de Economia e Relações Internacionais / Faculdade de Economia da Fundação Armando Alvares Penteado**. São Paulo, vol. 10, n. 20, 2012.

B3 BRASIL, BOLSA, BALCÃO. Ações. Empresas Listadas. Disponível em: <[http://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm](http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm)>. Acesso em: 12 Abr 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. 9. reimp. São Paulo: Atlas, 2014.

BRASIL. Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974. Dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 153º da Independência e 86º da República.

COELHO, A. C.; CRUZ, S. I. F.; HOLANDA, A. P. Reconhecimento de Leasing Financeiro em Arrendadoras Brasileiras: Diferenças dos Padrões Contábeis BACEN e CPC 06. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 18, n. 2, p. 101-118, 2015.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 06 (R1)**: Operações de Arrendamento Mercantil. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=37>>. Acesso em: 07 out. 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 06 (R2)**: Arrendamentos. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=37>>. Acesso em: 07 out. 2019.

COSTA, J. A; TEÓFILO, C. R; YAMAMOTO, M. M. A Aderência dos Pronunciamentos Contábeis do CPC às Normas Internacionais de Contabilidade. **Contabilidade, Gestão e Governança**. Brasília, v. 15, n. 2, p. 110 – 126, mai/ago 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINEZ, A. L. **Análise e avaliação do contrato de “leasing”: uma abordagem financeira**. 190 p. Dissertação (Mestrado em administração contábil e financeira) – EAESP/FGV, São Paulo, 1995.

MARTINS, O. S; VASCONCELOS, A. F de; SOUZA, M. V de. O tratamento contábil do arrendamento mercantil nas demonstrações financeiras: o jogo de interesses versus a busca pela transparência dessas demonstrações. **Qualitas Revista Eletrônica**, [S.l.], v. 7, n. 1, julho 2008.

MOURA, C. M. **Análise do Grau de Verificação do Arrendamento Mercantil pelas Empresas Listadas no IBOVESPA**. 21 p. Trabalho de graduação (Bacharelado em ciências contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/21442/5/AnaliseGrauEvidenciacao.pdf>>. Acesso em: 21 Abr. 2020.

NIYAMA, J. K. Comparação entre princípios contábeis norte-americanos e brasileiros - principais divergências no âmbito das instituições financeiras. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 1, n. 1, 2009.

OLIVEIRA, A. C. L. B de; BONFIM, M. P; FRAGA, A. N. CPC 06 (R2): Uma Análise de sua Aplicação e Impacto nas Demonstrações Financeiras da Arrendatária. **Pensar Contábil**. Rio de Janeiro, ed. 74, p. 31 – 40, 2018. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/3471/2647>> Acesso em: 07 Out.2019.

PINHEIRO, R.G; et al. A influência da aplicabilidade da norma CPC 06/IFRS nas demonstrações e índices financeiros das companhias aéreas brasileiras. **Revista eletrônica do Departamento de ciências contábeis & Departamento de atuária e métodos quantitativos da FEA-PUC/SP**. V. 6, n.1. p. 44-59. Jan-Jun. 2019.

PWC – PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. **IFRS tempo de mudança**: O quê os comitês de auditoria precisam saber sobre mudanças contábeis decorrentes da adoção do IFRS. Julho/2017. Disponível em: <[https://www.pwc.com.br/pt/estudos/servicos/auditoria/2017/F221\\_Tempos\\_de\\_mudanca\\_17.pdf](https://www.pwc.com.br/pt/estudos/servicos/auditoria/2017/F221_Tempos_de_mudanca_17.pdf)> Acesso em: 12 Abr 2020.

SILVA, M. J. R. V da; OLIVEIRA, E. de; SANTOS, F. A. Evidenciação de arrendamento mercantil operacional pelo CPC 06 (R2) em empresas brasileiras de capital aberto na B3. **Revista eletrônica do Departamento de ciências contábeis & Departamento de atuária e métodos quantitativos da FEA-PUC/SP**. V. 6, n.1. p. 44-59. Jan-Jun. 2019.

SOARES, L. R; SILVA, D. M da. Impactos das mudanças na contabilização do leasing operacional nos indicadores econômico-financeiros de empresas listadas no Novo Mercado da B3. CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 25, 2018. Vitória. **Anais**. Disponível em: < <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4539>>. Acesso em: 07 out. 2019.